

Últimas notícias da fronteira democrática Fatores críticos do jornalismo na América Latina

117

FERNANDO J. RUIZ

O jornalismo é, ao mesmo tempo, um indicador e um ator do desenvolvimento democrático. Serve para medir a atmosfera de liberdade e também para melhorá-la ou piorá-la. É um mecanismo tanto de medição como de intervenção. Se analisarmos o jornalismo de uma região, podemos conhecer bastante sobre como é a democracia ali, e também esse mesmo instrumento nos serve para intervir nela. O jornalismo pode ser também parte do remédio ou da doença, e é um termômetro muito bom.

Neste artigo, vamos enumerar os principais fatores críticos que representam obstáculos para o desenvolvimento da profissão jornalística e, dessa forma, reduzem sua contribuição para a melhoria da qualidade democrática. Esses fatores não anulam em absoluto o papel de medição da qualidade democrática do jornalismo, mas pioram notavelmente suas formas de intervenção. Um jornalismo de baixa qualidade desinforma, polariza, mente ou manipula. E essa é, sem dúvida, uma forma de intervir na realidade. Ao contrário, um jornalismo de alta qualidade informa, integra as sociedades e controla a veracidade dos atos retóricos. Como o resto das instituições democráticas, o jornalismo é também uma faca de dois gumes. Depende de como ela é usada.

Nosso enfoque é regional. Tentaremos abarcar toda a América Latina, desde Tijuana até a Terra do Fogo. Os fatores críticos existem em todos os países da região, embora em cada país possa haver diferenças de grau entre eles e até no interior de cada país. Não há dúvida, por exemplo, de que a situação do jornalismo no Uruguai ou no Chile é melhor do que no México ou em Cuba.

Os fatores críticos que vamos enumerar neste artigo são cinco: (1) baixa qualidade do Estado; (2) empresa privada com alto risco político; (3) concentração pública e privada de meios de comunicação; (4) discussões internas no interior da profissão que podem afetar seu desenvolvimento; e (5) tendência hostil da classe política.

I. O JORNALISMO E A BAIXA QUALIDADE DO ESTADO

Na tragédia de Shakespeare, as filhas mais velhas do rei Lear prometem-lhe um amor que realmente não têm por ele. O mesmo ocorre na América Latina, onde a Constituição e as leis fazem falsas promessas aos cidadãos latino-americanos. Os direitos e garantias que o marco legal promete não são cumpridos com a mesma intensidade, devido à qualidade estatal heterogênea em cada um dos países da região (O'Donnell, 1997). Com relação ao jornalismo, o marco legal costuma lhe ser bastante benévolo (com as exceções sabidas), mas a vigência real dessas garantias e seguranças se dissipa frente à realidade de um Estado de baixa qualidade (Waisbord, 2007; Hughes & Lawson, 2005:10; Ruiz, 2007a). Há zonas nas quais o Estado cumpre melhor a Constituição e as leis, e outras em que estas são apenas folhas de papel ou palavras ao vento.

O desenvolvimento do jornalismo é afetado severamente pelo nível heterogêneo de eficácia do Estado em três de suas funções principais: como polícia, como regulador e como administrador.

a) *A baixa qualidade do Estado como polícia afeta a segurança dos jornalistas*

A baixa qualidade estatal afeta, em primeiro lugar, a segurança dos jornalistas. Nos países onde esse Estado está mais próximo da falência, como o Haiti, ou onde existe um desafio guerrilheiro profundo, como na Colômbia, ou onde se instalou uma constelação de máfias gigantescas, como no México, o jornalismo está sob a intempérie e perdem sentido as promessas retóricas da Constituição e das leis.

Por essa brecha entre promessas e realidade cresceram distintas formas de crime organizado. As transições para a democracia permitiram o crescimento da sociedade civil na região, mas também o auge da sociedade incivil. A maior liberdade é também um benefício para o crescimento das máfias, que aproveitam as políticas de segurança às vezes vacilantes que os novos governos democráticos promoveram.

Na América Central e no Equador, as “maras” (bandos juvenis) se institucionalizaram e são uma ameaça para o jornalismo. Na Guiana, um bando criminoso entrou nas instalações de um jornal e assassinou quatro de seus trabalhadores. Em todos os países, na medida que se dilui o Estado de direito, agrava-se o perigo para o exercício da imprensa. Se o Estado não é capaz de oferecer segurança aos jornalistas, estes correm maiores riscos e cresce a autocensura.

O México se converteu no país do mundo mais perigoso para os jornalistas depois do Iraque, e superou a Colômbia em número de jornalistas mortos. A violência transbordou na zona fronteira com os Estados Unidos, mas agora parece ter-se espalhado por todo o território. É difícil encontrar um padrão similar nos crimes contra jornalistas no México, mas geralmente a bala assassina costuma ser disparada quando algum jornalista investiga as relações do narcotráfico – ou alguma outra máfia – com autoridades públicas. Isto é, não basta que se fale do narcotráfico na imprensa para atrair o perigo. O realmente perigoso é quando se denunciam relações com autoridades públicas. Outra atitude que agrava o perigo é quando algum líder mafioso crê perceber que um jornalista está publicando muito sobre seu cartel, mas menos sobre outro, e supõe que ele está a serviço da máfia rival. No início de 2006, os jornais da fronteira norte decidiram reunir-se para investigar e publicar em forma coletiva reportagens sobre o narcotráfico, no que foi chamado de Projeto Fênix. Mas as ameaças contínuas aos meios de comunicação, e um tremendo tiroteio na redação do diário *El Mañana*, de Nuevo Laredo, local onde se realizara a reunião, terminaram extinguindo essa ação coletiva. Essa aliança foi promovida pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e foi inspirada no chamado Arizona Project, no qual vários jornalistas investigativos dos Estados Unidos foram, em 1976, ao Arizona para investigar e publicar coletivamente, após o assassinato de seu colega Don Bolles, e finalmente resolveram o crime. A SIP promoveu iniciativas semelhantes no Peru (Projeto Pucallpa) e na Colômbia (Projeto Manizales). Também na Colômbia ocorreu durante este ano uma série de investigações com uma metodologia similar, realizadas pelos meios de comunicação mais importantes do país, em uma iniciativa que se chamou Aliança de Meios.

No Brasil, os crimes contra os jornalistas costumam ter uma natureza para-estatal. Na análise que a SIP realiza da impunidade nos crimes contra jornalistas neste país, descrevem-se numerosos casos em que os autores intelectuais dos crimes foram políticos e os autores materiais foram policiais ou militares. De um total de dezesseis crimes destacados pelos funcionários da SIP, em dez casos há responsabilidade criminal de funcionários estatais (sejam

políticos, policiais ou militares), em um caso há sicários comprometidos, e nos cinco restantes, a investigação não chegou a nenhum resultado (SIP, 2007). Portanto, o Estado não é o ator que garante a segurança necessária para exercer o jornalismo, como diz a letra da lei, mas é dele que provêm principalmente as agressões.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) se converteu em um câncer profundo, com um evidente impacto sobre a segurança e a autocensura da imprensa mais importante do país. O PCC está em guerra com o Estado, portanto requer também uma política de comunicação com a opinião pública. É uma situação que tem algum ponto de contato com a batalha que os cartéis do narcotráfico realizaram contra o Estado colombiano pela extradição. No Brasil, o seqüestro, em meados de 2006, de dois jornalistas do *Globo* demonstra que os líderes criminais estão atrás da mídia.

A falta de consolidação de um Estado de direito na América Latina atinge todos os cidadãos, mas, em especial, aqueles setores que estão na fronteira democrática, entre os quais se encontram os jornalistas.

b) *A baixa qualidade do Estado como regulador afeta a concessão de licenças de rádio e televisão.*

A baixa qualidade estatal faz com que, em suas funções regulatórias, a gestão pública seja opaca, arbitrária e, sobretudo, cooptada por interesses particulares que prosperam com a falta de transparência. É isso que costuma ocorrer na América Latina com a gestão das licenças de rádio e televisão. São gestões obscuras, negociadas secretamente com os poderes políticos, discricionárias e, muitas vezes, inspiradas por lobbies eficazes de interesses organizados (Rodríguez Villafañe, 2005). Em geral, as autoridades regulatórias de cada país costumam ter pouca autonomia profissional e diretrizes políticas sinuosas. Não obstante, está crescendo a pressão pública e a preocupação de muitos funcionários por melhorar essa área essencial da gestão estatal. Por outro lado, existe também uma legislação que não se adequou ao estado atual da situação das emissoras de rádio e há, portanto, uma enorme quantidade de meios de comunicação numa situação de semilegalidade que os deixa a mercê da vontade arbitrária dos funcionários. Estes podem, para censurar opiniões críticas, exigir desses meios semilegais o cumprimento estrito do Estado de direito. Isto é, dispõem de mecanismos legais para exercer a censura.

O debate na região cresceu tanto devido ao caso da *Rádio Caracas Televisão*, na Venezuela, como pela recente decisão da Suprema Corte do

México que resolveu limitar as atribuições do duopólio existente na televisão nacional, formado por Televisa e Azteca TV. Os juízes declararam inconstitucionais vários artigos da denominada “Lei Televisa”, e isso abriu uma brecha importante para promover uma maior pluralidade de operadores no mercado mexicano. Esses exemplos de grande impacto na região, promoverão certamente uma discussão maior em cada país sobre a gestão das licenças e tirarão esse tema da obscuridade. Os políticos também se beneficiaram dessa gestão discricionária das licenças. Um estudo recente no Brasil se refere ao “coronelismo eletrônico” e aponta que, entre 1999 e 2004, a metade das concessões de rádio foi para pessoas vinculadas à atividade política (Lima & Aguiar López, 2007:42). Também no caso paraguaio, um analista mostrou que existem “mais de duzentas rádios legais e quase duas mil ilegais funcionando sob o rótulo de comunitárias, mas que foram concedidas, em sua maioria, por favores políticos” (Fernández Bogado, 2007). O Sindicato de Jornalistas do Paraguai (SPP) afirmou que em torno de 80% das rádios comunitárias estão a serviço do Partido Colorado, que governa o país (CPJ, 2006).

c) *A baixa qualidade do Estado como gestor afeta o funcionamento dos meios públicos.*

Os meios de comunicação semipúblicos são aqueles que são propriedade estatal, mas que estão cooptados por um grupo específico e não cumprem sua missão de ser um meio para toda a comunidade. Com uma gestão deficiente dos meios públicos, estes não representam o interesse público. Costumam estar “privatizados” a serviço de um interesse particular, embora seja o interesse particular do governo. O país que melhor meio público tem talvez seja o Chile, cuja Televisão Nacional (TVN) é um modelo para os outros países. Existe na TVN uma direção composta pela maioria e pela minoria do Senado, e o canal se autofinancia, tem um alto conceito e seus trabalhadores possuem um nível destacado de profissionalismo (Fuenzalida, 2005). No Chile, existe também um diário estatal, *La Nación*, mas que tem um desempenho menos destacado. Os piores casos poderiam ser Cuba e Venezuela, onde os canais estatais são utilizados como meios governativos para fazer uma estridente propaganda oficial e questionar duramente os dissidentes e os governos considerados inimigos. Na Venezuela, o canal estatal VTV (Venezolana de Televisión), por exemplo, transmite de segunda a sexta, em horário central, um programa chamado “La Hojilla”, que se dedica a insultar a mídia privada e os opositores. É um programa que conta com o apoio direto do presidente

Chávez, o qual foi entrevistado com frequência nesse espaço. O sinal retirado da RCTV, em 28 de maio de 2007, foi concedido a um novo canal público, TEVES (Televisora Venezolana Social), que ainda não definiu um perfil próprio, mas que não mostra indícios de que contenha o pluralismo informativo que o país necessita. Na televisão cubana, o programa chamado Mesa Redonda Informativa serve para difundir o pensamento único do governo para a sociedade, sem dar absolutamente nenhum espaço a uma voz dissidente. Por outro lado, a bonança fiscal que acontece em vários países da região está promovendo uma renovação e ampliação das equipes nos meios públicos de comunicação, embora nem sempre uma melhora profissional no campo do jornalismo. O Equador e a Bolívia estão criando e fortalecendo a toda velocidade sua rede de meios de comunicação estatais, enquanto que Brasil, Uruguai e Argentina também aumentaram seus níveis de investimento.

2. EMPRESA PRIVADA COM ALTO RISCO POLÍTICO

A independência política das empresas privadas é um fator chave do desenvolvimento profissional do jornalismo. Na história da América Latina, o capitalismo foi dependente da gestão estatal e, portanto, a capacidade dos empresários de trabalhar de forma autônoma foi limitada. Os custos de apoiar uma mídia crítica do governo foram historicamente altos para os empresários, e por isso a participação política é percebida como um risco. Essa situação se agrava no interior e nas pequenas cidades, mas também importantes empresas nacionais ou multinacionais muitas vezes percebem que existe um risco político de anunciar em determinados meios. Às vezes, o risco político pode provir do temor de algum tipo de represália de outras empresas que percebem que apoiar um meio de comunicação rotulado como 'anti-empresário' prejudica a todas globalmente. Nos últimos anos, em países tão diversos como Guatemala ou Chile, houve protestos de vários setores contra uma suposta cartelização dos anunciantes privados mais importantes do país.

Nos países onde há menos liberdades econômicas, as empresas são mais dependentes do Estado para sua gestão econômica. E nos países onde há um estado de direito mais débil, é maior o campo para a represália estatal contra as empresas por alguma posição política. Ambas as condições ocorrem na América Latina e, por isso, o risco político das empresas é alto na região. Esse grande risco político influi na decisão de manter uma política publicitária muito prudente, e um desejo menor de investir em meios de comunicação de qualidade.

Desse modo, quando o fluxo de dinheiro privado para a mídia é débil, cresce a dependência da publicidade estatal. Esses fundos públicos funcionam então como um subsídio para a sobrevivência dos meios de comunicação, que por sua vez costumam alinhar suas políticas editoriais com os interesses políticos de seus financiadores. De todo modo, há várias fontes diferentes – e, às vezes, politicamente opostas – de publicidade oficial; portanto é possível encontrar meios de comunicação que, apesar de depender de dinheiro público, dispõem de certa autonomia, pois estão vinculados a fluxos de origem diferente de fundos oficiais. Neste caso, a baixa qualidade estatal joga a favor da autonomia, pois o Estado não costuma ter uma única unidade de mando, e suas ações são contraditórias e descontínuas. A publicidade que um governador nega, pode ser concedida por um prefeito, pelo próprio governo federal, ou por uma empresa ou organismo público que disponha de um orçamento autônomo.

Esse tipo de meio de comunicação com grande dependência dos fundos públicos, que abunda em quase todos os países da região, pode ser chamado de semiprivado. São formalmente propriedade de pessoas particulares, mas sua continuidade depende do acesso ao orçamento público. É uma situação similar à existente durante a etapa colonial, quando se concediam licenças para imprimir. Esses meios existem porque seguramente algum político, ou funcionário, necessita deles como recurso de seu arsenal político. Por meio de créditos diretos, testas de ferro, publicidade oficial ou outros privilégios, setores estatais pretendem clientelizar esses meios de comunicação, promovendo a autocensura por parte dos jornalistas que neles trabalham.

3. A CONCENTRAÇÃO PRIVADA OU PÚBLICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

No capitalismo latino-americano, há muito pouca tradição de regulamentação da competição. Não existe uma prática estatal de controle sobre as empresas que podem exercer abuso de posição dominante em um mercado. Nem na indústria dos meios de comunicação, nem em nenhuma outra indústria, parece haver uma condução política com vontade para cumprir essa função, algo que nos países capitalistas avançados se faz com muita naturalidade. Por isso, torna-se muito necessário incorporar aos Estados latino-americanos essa capacidade de defender a competição. Assim como, para muitos países da região, a Corte Suprema dos Estados Unidos é muito influente para estabelecer jurisprudência em questões de liberdade de expressão, também deveria-

mos aprender muito com a Comissão Federal de Comunicação (Federal Communications Commission), a agência federal dos Estados Unidos que regula e controla o funcionamento dos meios de comunicação.

Há sistemas de mídia mais concentrados que outros. A televisão no México e na Guatemala está especialmente concentrada. A imprensa escrita do Chile é basicamente um duopólio. A indústria de cabo na Argentina concentrou-se notavelmente nos últimos anos. Em vários mercados, ocorre que, embora o ator dominante não seja monopólico, muitas vezes tem o poder de instalar barreiras de entrada para novos atores. Uma das chaves do processo desconcentrador é abrir a quantidade de formas de propriedade autorizadas para gerir meios de comunicação. Poder-se-ia dizer que quanto maior diversidade de tipos de donos de meios jornalísticos, mais se pode garantir a pluralidade (Ruiz, 2007b). Se empresas, governos de distintos níveis, organizações da sociedade civil, igrejas, grupos políticos, sindicatos, associações de diversa índole, puderem ter acesso a gestão dos meios de comunicação, será mais provável que a sociedade venha a estar mais bem representada em seus meios. Mas, em geral, tanto os governos como os grupos midiáticos mais influentes em cada país costumam ser silenciosos bloqueadores desse pluralismo maior.

Enquanto que em alguns países há concentração midiática privada, em outros há concentração midiática governamental. Existem vozes que promovem a crítica contra os meios privados, mas avalizam a hegemonia estatal na comunicação. A concentração de meios de comunicação mais absoluta – tanto no que se refere à propriedade como no que diz respeito ao conteúdo – acontece em Cuba, onde todo o jornalismo é propriedade estatal e centralmente dirigido. Na Venezuela, a concentração da mídia cresceu em maio passado, quando foi criado um novo canal estatal (TEVES) para ocupar o sinal que a Radio Caracas Televisión (RCTV) utilizava. O governo venezuelano teria um duplo objetivo em seu crescimento comunicacional: travar a batalha da opinião pública frente aos meios privados que restam, e promover uma “hegemonia comunicacional” que acompanhe a transição de uma sociedade capitalista para uma sociedade socialista (Weffer, 2007). O governo chavista financia a ampliação da rede de rádios em todo o país, e o faz com o discurso da ampliação da rede de rádios comunitárias, mas esses meios costumam surgir com uma matriz de opinião centralmente dirigida. Os funcionários que inauguram esses novos meios sugerem que são armas para a batalha midiática; portanto, não se estaria dando voz a comunidades até agora incomunicadas, mas se estaria expropriando a voz dessas comunidades. O governo vene-

zuelano está financiando também a ampliação da rede estatal de rádios na Bolívia. A AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias), organização que promove e defende a radiodifusão comunitária, teve que esclarecer que o uso que se faz do conceito de “rádio comunitária” é, às vezes, abusivo e acobertador, pois, na realidade, se trata de rádios estatais. O representante da AMARC na Bolívia, José Luis Aguirre, diz: “Respeitamos o direito do governo de ter seus meios de comunicação e ele os pode chamar de rádios oficiais ou estatais, mas não comunitárias” (*El Deber*, Santa Cruz, 4/5/2007)

Tanto a concentração privada como a governamental afetam o desenvolvimento democrático do sistema de mídia e estrangulam as vozes e as críticas que as sociedades abertas necessitam para reformar-se continuamente. O jornalismo de qualidade é uma ferramenta promotora da reforma permanente da sociedade. Qualquer hegemonia excludente estanca esse processo reformista e promove a polarização.

4. AS DISCUSSÕES INTERNAS DA PROFISSÃO

O correu muitas vezes na América Latina e agora está acontecendo uma vez mais: cresce a idéia no interior da profissão jornalística que esta deve ser uma ferramenta a serviço de uma revolução. Dessa forma, propõe-se uma mudança da missão profissional do jornalismo, do critério de noticiabilidade e da estrutura dos meios de comunicação. Essa visão enfrenta o também crescente profissionalismo nas principais redações latino-americanas (Alves, 2005; Hughes & Lawson, 2005: 15).

O jornalismo revolucionário ganhou força nova com a consolidação do chavismo na Venezuela e na América Latina. Em quase todos os países da região há setores importantes que participam dessa “revolução na profissão”. Eles sustentam que a atual situação tem um grande potencial revolucionário, que está ocorrendo uma disputa crucial pelo poder, e que os tão ansiados e negados direitos sociais das maiorias na América Latina devem ser priorizados em relação aos “direitos civis”, que, no fim das contas, são desfrutados somente pelas minorias privilegiadas. De alguma forma, os direitos civis são apenas uma ferramenta que a “burguesia” ou a “oligarquia” tem para bloquear a chegada desses plenos direitos sociais. Diante desse diagnóstico, o jornalista deve contrapor uma “ética social” à “ética profissional”, segundo o presidente da Federação Latino-americana de Jornalistas (FELAP), o argentino Juan Carlos Camaño (Arví, 2007). O critério de noticiabilidade é dirigido pelos condutores da revolução, os quais estão em um processo de construir uma nova

hegemonia comunicacional e promovem um processo de polarização social, no qual o jornalismo expressa claramente a “vontade de não conviver” com o setor que considera um irreconciliável inimigo. É um jornalismo de ruptura social, e se escolhe como notícia o que faz avançar a revolução. Essa polarização claramente desprofissionaliza e afeta o desenvolvimento do jornalismo de qualidade. Na Venezuela, na Bolívia e no Equador, a polarização política promovida pelos governos dificulta a expressão dos jornalistas profissionais. Várias organizações sindicais regionais e nacionais promovem esse tipo de jornalismo, ao mesmo tempo em que evitam defender os jornalistas que sofrem restrições ou agressões por parte dos governos que têm uma tendência afim.

5. OS POLÍTICOS QUEREM RECUPERAR A POLÍTICA

Quando a última onda de transição para a democracia se instalou na América Latina, cresceu a percepção de que os meios de comunicação se converteram em um poder maior do que eram antes. A classe política sentiu que os presidentes, os partidos políticos e os congressos haviam perdido muito poder frente a esses meios, os quais agora dominariam a política. O controle da agenda pública, da indicação dos candidatos, ou a liderança da oposição eram capacidades que antes estava nas mãos dos partidos políticos. Os políticos entenderam que, quanto mais poder tinham, mais tempo parecia absorver a relação com os jornalistas, e essa relação era especialmente crítica para sua carreira.

Mas aos poucos começaram a se dar conta de que não existia uma relação tão direta. Que esse terrível poder da mídia podia ser, como na velha expressão maoísta, apenas o de uns envelhecidos “tigres de papel”. E descobriram, aos poucos, que seus temores dos anos 80 e começo dos 90 de enfrentar os meios de comunicação eram infundados, que se pode enfrentar esse poder midiático como qualquer outro poder político, e que essa peleja pode inclusive render dividendos, ou pelo menos não ter um custo em popularidade. Com efeito, na última onda de eleições na América Latina, vários dos candidatos que foram cobertos de forma muito crítica – em especial pela imprensa escrita de referência de cada país – conseguiram ganhar sem maiores problemas. Chávez, Uribe, Lula, Correa, Ortega, Cristina Kirchner receberam um aluvião de votos independente da opinião midiática.

De qualquer modo, embora vários líderes políticos tenham sido eficazes em construir consenso polarizando contra os meios de comunicação privados centrais no espaço público, a classe política ainda acredita que o jornalismo

tem um efeito potente. O chavismo considera prioritário tomar a televisão privada, embora tenha podido construir sua maioria social sem subjugá-la; e, em um registro mais democrático, os setores da Concertação chilena querem aumentar sua presença na imprensa escrita, embora tenham ganhado todas as votações dos últimos vinte anos contra a hegemonia da imprensa escrita, que tem uma matriz opositora.

Por tudo isso, cresceu em toda a região, e em outras partes do mundo, a tendência dos políticos de expressar opiniões cada vez mais belicosas sobre a mídia. A idéia que os motiva é tentar recuperar o controle da atividade política.

O informe sobre a democracia na América Latina publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 2004 expressa bem essa corrente de pensamento entre setores políticos e intelectuais da região (PNUD, 2004). Os meios de comunicação são poderes fácticos que condicionam – tanto como o narcotráfico ou os poderes econômicos internacionais, segundo o informe citado – os poderes legítimos da democracia, que seriam os eleitos diretamente pelos cidadãos, como os presidentes, os congressos e os partidos políticos. Líderes democráticos, reconhecidos e moderados como Fernando Henrique Cardoso ou Patricio Aylwin compartilham essa visão crítica da mídia (Cardoso, 2001; Aylwin, 1998).

De acordo com o informe citado, espera-se que os poderes democráticos legítimos reajam frente a esses poderes fácticos que degradam a qualidade democrática e afetam a governabilidade. Por isso, assim como é preciso reagir frente aos poderes econômicos internacionais ou ao narcotráfico, também se poderia pensar que é preciso desenvolver mecanismos neutralizadores do poder fáctico dos meios de comunicação. Depois de vários anos em que parecia haver um veto oculto para legislar sobre meios de comunicação na região, cresce agora uma onda legislativa. Essa corrente pode servir para oferecer um marco legislativo renovado que promova o pluralismo ou para restringir a liberdade de imprensa. Ao mesmo tempo, os setores políticos de distintas tendências (de Kirchner a Lula, passando por Uribe, por exemplo) desenvolveram um discurso crítico e formas mais ou menos hostis de relacionamento com os jornalistas.

O presidente Kirchner está por terminar seu governo sem ter concedido uma única entrevista coletiva, e o presidente Lula concedeu sua primeira entrevista desse tipo quando ocorreu uma crise governamental muito severa, depois de mais de dois anos de sua ascensão ao poder (Reato, 2006). O presidente de Honduras, Zelaya, anunciou em 24 de maio de 2007 que os canais de televisão estarão obrigados a entrar em “cadeia” para que o presidente e

seus funcionários transmitam as informações de interesse público que julguem convenientes.

Ademais, a revolução tecnológica

Enquanto o jornalismo tem de navegar no interior de todos esses fatores críticos da região, também sofre a comoção que vivem seus colegas do resto do mundo.

A revolução digital está tornando irreconhecível o jornalismo de poucos anos atrás. A revolução é mais rápida nos países centrais, mas seus efeitos imediatos e mediatos sobre a América Latina são também implacáveis.

Em primeiro lugar, está mudando o lugar das audiências. Já não se pode nem sequer falar de hábitos informativos, pois a velocidade das mudanças na forma de informar-se, o contínuo descobrimento de meios novos para distribuir informação, a enorme diversidade de meios disponíveis, a gratuidade da maior parte da informação, fazem com que os jornalistas estejam presenciando a erosão seus públicos tradicionais. E enquanto isso, não estão claras ainda as novas formas de encontrar seu público.

Em segundo lugar, a publicidade também está esquiva. Seguindo a audiência, os anunciantes abandonam os meios tradicionais e ainda não entram plenamente na Internet. As empresas que querem promover seus serviços e seus produtos têm uma diversidade crescente de formas de chegar aos clientes, e cada vez mais essas formas não estão relacionadas com o jornalismo.

Em terceiro lugar, a própria profissão está mudando. As capacidades nas quais as universidades treinaram os jornalistas nas décadas de 1980 e 90 não são todas aquelas necessárias ao jornalismo de hoje, e ao de amanhã. E há muito poucos que se animam a profetizar as capacidades que um jornalista necessitará em 2015.

Com todas essas mudanças, o futuro do jornalismo é incerto e causa temor, inclusive às empresas midiáticas mais estabelecidas da região.

Portanto, o jornalismo está em um momento crítico e isso, sem dúvida, influirá também na qualidade de nossas democracias.

BIBLIOGRAFIA

- ARVÍA, Florencia. Entrevista com Juan Carlos Camaño, presidente da FELAP: “Hay que pasar a la ofensiva”. *Agencia ISA*, 31 de outubro, 2007.
- ALVES, Rosental. “From lapdog to watchdog: The role of the press in Latin American Democratization”, em: Hugo de Burgh (ed.), *Making Journalists*. Nova York, Routledge, 2005.
- AYLWIN, Patricio. “Democracy in the Americas”, *Journal of Democracy*. 3 de julho, 1998.
- CARDOSO, Fernando H. “Democracy as a starting point”, *Journal of Democracy*. 1º de janeiro, 2001.
- Committee for Protection of Journalists (CPJ). Ataques a la prensa en el 2006. Informe regional de las Américas. Nova York, 2006.
- COOK, Timothy. *Governing with the News. The News Media as a Political Institution*. Chicago, University of Chicago Press, 1998.
- FERNÁNDEZ BOGADO, Benjamín. “Precariedad”, *Revista Etcétera*. México, abril de 2007. Disponível em <http://www.etcetera.com.mx/pag50ne78.asp>.
- FUENZALIDA FERNÁNDEZ, Valerio. “La reforma de TVN en Chile”, em: AIDIC, *Televisión pública: Información para todos*. Peru, KAS, 2005.
- GÓMEZ, Gustavo. *La radio y la televisión en la era digital*. Fundación Friedrich Ebert, 2007.
- HUGHES, Sallie & LAWSON, Chappel. “The Barriers to Media Opening in Latin America”, *Political Communication*, (22). 2005, pp. 9-25.
- LIMA, Venicio de & AGUIAR LÓPEZ, Cristiano. “Coronelismo eletrônico de novo tipo, 1999-2004. As autorizações de emissoras como moeda de barganha política”. PROJOR, junho, 2007, p. 42.
- MASTRINI, Guillermo & BECERRA, Martín. *Periodistas y magnates. Estructura y concentración de las industrias culturales en América Latina*. Buenos Aires, IPYS/Prometeo Libros, 2006.
- O'DONNELL, Guillermo. “Acerca del estado, la democratización y algunos problemas conceptuales. Una perspectiva latinoamericana con referencias a países pos-comunistas”, em: *Contrapuntos: Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires, Paidós, 1997.
- PNUD (Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo). *La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*. Santiago do Chile, 2004. Disponível em: <http://democracia.undp.org/Informe/Default.asp?Menu=15&Idioma=1>.
- REATO, Ceferino. *Lula. La izquierda al diván*. Buenos Aires, CADAL/Catálogos, 2006.



- RODRÍGUEZ VILLAFANE, Miguel. "Acceso a la televisión y televisión pública en Argentina", en AIDIC, *Televisión pública: Información para todos*. Peru, KAS, 2005.
- RUIZ, Fernando J. "Se busca dueño. Hoja de ruta para un debate sobre directivos y calidad", em: Adriana Amado (ed.), *Periodismo de calidad. Debates y desafíos*. Buenos Aires, FOPEA, 2007b (no prelo).
- _____. *Indicadores de Periodismo y Democracia a Nivel Local en América Latina*. CADAL/KAS/Universidad Austral, 2007a.
- _____. *Otra grieta en la pared. Informe y testimonios de la nueva prensa cubana*. Buenos Aires, CADAL/Adenauer, 2003.
- SIP. Resolución Impunidad Brasil. *63° Asamblea General de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP)*. Miami, 2007.
- WAISBORD, Silvio. "Democratic Journalism and 'Statelessness'", *Political Communication*, (24). 2007, pp. 115-129.
- WEFFER, Laura. Entrevista com Andrés Izarra, diretor de *Telesur*: "Hay que evaluar a todos los canales", *El Nacional*. 8 de janeiro, 2007.